

Jornalismo e política: a construção do poder

Emanoel Barreto

Resumo

Analisar a relação entre políticos e jornalistas, e os interesses em jogo ante o imperativo de veiculação de um noticiário ético e credível, é o objetivo deste trabalho. Tais atores participam de um processo negocial/relacional que medeia os componentes fato e relato, encontrando-se aí o campo de tensão onde ambos exercem as atribuições concernentes aos seus respectivos papéis.

Palavras-chave

Jornalismo, política, comunicação de massa, notícia.

Abstract

The objective of this project is to analyze the relation between politicians and journalists and their interest of transmitting an ethical and credible news. The participants of a business/relational process links the fact and report components, finding there the tension field where both exercise the attribution pertaining their respective activities.

Key words:

Journalism, politics, mass communication, news.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa supriu e minimizou a importância da co-presença de público no testemunho de acontecimentos, especialmente no plano político. Com isso, o jornalismo passou a compensar essa ausência, mediante o relato do fato, ocupando assim papel de relevo na política, chegando conjuntamente a integrá-la, numa convergência de processos¹.

Em função de ser a política um acontecimento de interesse do público, o que consequentemente interessa ao jornal, este, em sua condição de artefato noticioso, legitimou-se enquanto tal, assumindo situação de locus ao transpor para as suas páginas a praça social onde se deu o fato, seja aquela um gabinete inacessível ao homem comum ou o trombejar dos comícios. Num processo de flexão o jornal empalma o fato relatado, de alguma maneira passa a integrá-lo e passa a ser, para o leitor, a virtual praça social onde este se deu. É a notícia como equivalente da realidade.

Dentre os diversos segmentos midiáticos o jornalismo impresso tem especial importância e repercussão na área política, com laços historicamente firmados e legitimados. Acertou-se, ao longo do processo histórico entre jornalismo e política, um elo interativo, num complexo e intrincado sistema de ação e reação que acaba expresso no que chamaremos de atitude noticiosa, ou seja: um relato que objetiva obter repercussão. Aqui, entenda-se que o jornal se apresenta como veículo e o jornalismo como a instituição legitimada. Para tanto, a instituição manifesta-se no jornal enquanto veículo, base material dinâmica da notícia, o locus a que há pouco nos referíamos.

Esses dois aspectos, jornal e jornalismo como dados de uma mesma instância,

coexistem com o ato político que neles encontra espaços apropriados para exercer comportamentos de interferência, inserção e visibilidade junto aos leitores. Interferência diz respeito ao conjunto de ações ou esforços dos atores políticos voltados para colocá-los no relato noticioso; inserção refere a relativa inclusão dos políticos na notícia, já que nem sempre logram divulgar tudo aquilo que desejam; visibilidade é a consequência final, a exposição em maior ou menor grau da atuação dos atores políticos e ocorre quando o jornal circula e efetivamente é lido.

A notícia, assim, resulta das interferências e inserções negociadas entre os atores políticos e o jornal/jornalista a partir do que foi apurado, declarado, constatado e afinal transposto à publicação. Todas essas instâncias de apuração, declaração, constatação e publicação são momentos negociais, envolvem relações de convergências ou confrontações de interesses. A respeito desse processo podemos dizer:

1) Apuração refere a atividade de verificação, pelo jornalista, de algum fato a partir de conhecimento geralmente prévio e muitas vezes superficial de que algo está acontecendo, aconteceu ou está prestes a acontecer e que tal acontecimento se dá, se deu ou se dará de uma determinada maneira, ou seja: o repórter é enviado pelo jornal para verificar uma ocorrência e assim sai em sua busca, estimando que esta é de interesse da sua atividade. Apuração é gênero e abrange as fases pré-redacionais a seguir mencionadas.

2) Declaração refere o ato do dizer por parte de uma fonte procurada pelo jornalista, podendo ser a confirmação daquilo que se estava à procura, ou, inversamente, constituir-se em atitude oriunda da fonte, passando ao jornalista informação por este ainda

¹ Este artigo é um excerto - com revisões, para adequar-se a este espaço editorial - da dissertação de mestrado do autor, intitulada "Eleições para o governo do RN - 2002 - A cobertura do Diário de Natal/O Poti: os discursos, as manchetes".

desconhecida e motivadora da apuração. Neste caso, a informação é indicial, elemento indicativo de onde um determinado fato será apurado, ou ser, sob outra face, a própria declaração um conteúdo fático, a matéria-prima da notícia.

3) Constatação, como fase final do processo de busca, é a confirmação da ocorrência, é ato próprio do jornalista, é de sua exclusiva competência cognoscente, embora protagonizando a cena com a fonte, que pode ser a personalidade jornalisticamente notável ou o chamado homem comum, numa relação de interesses e valores, convergentes ou não, no todo ou em parte.

4) Quanto à publicação, é o enfeixamento instrumental de todo o processo, com o jornal na rua. É o fato transporto ao texto e o texto por sua vez transposto à condição de fato, já que a notícia uma vez posta passa a compor um dado no mundo. Ou seja: a notícia, como um todo textual de resumo, ligado ao fato que a precedeu, é também um ato intencional, transforma-se em fato ao ser publicada e como tal repercute no mundo. Por este é apropriada e passa a integrar as decorrências do fato que relata.

A notícia é analógica à expectativa do leitor, atende a uma prefiguração difusa, vindo a ser consolidada pelo jornal. Entre o leitor e o jornal se estabelece uma relação de expectativa e atendimento. O jornal preenche essa expectativa modificando/atualizando, dia após dia, os seus conteúdos, mesmo mantendo o formato gráfico e suas páginas especializadas em determinados assuntos. O repertório de cada página é temático, seu conteúdo, porém, é diário, portanto, mutável. A analogia está no fato de que o leitor tem a certeza de que, no jornal, encontrará, naquela página, um determinado tipo de relato de

atualidade, que atende ao seu interesse imediato. Assim convergem, expectativa e oferta, a esse anúncio de novidades que de alguma forma preexistem difusamente no imaginário do leitor e no trabalho dos jornalistas. Quando ao fato, a notícia lhe é homóloga, ou seja, deve ter-lhe fidedignidade em sua condição de relato.

Um jogo de equilibristas

Todo o processo noticioso está envolto em implicações sócio-político-profissional-econômicas diversas e complexas. Toda essa teia que se estabelece entre jornal/jornalismo e poder agrega interesses de parte a parte, além de preocupações mercadológicas, já que a notícia é um produto. O processo acima descrito envolve uma realidade sempre presente no trajeto relacional entre jornalista e fonte e diz respeito à ideologia que o perpassa como um todo, desde a coleta de informações, até a notícia como sua consequência.

É nesse território que se insere a relação jornalismo e política, quando se encontram os atores em cena: jornalistas e/ou governos, bem como representantes de partidos, sejam detentores ou não de mandato. A convergência entre jornalista e político ocorre em função de que tanto um lado quanto o outro acredita que a publicização de um acontecimento é a melhor maneira para que se demonstre que cada um cumpriu com o seu papel: o político em sua função de personagem da notícia, o jornalista como agente que relata o que se passou no cenário do poder.

Apesar disso, no relacionamento jornalístico-político muitas vezes o vértice que os liga se transforma em vórtice, quando ocorre distanciamento entre fato e relato. Ao partilhar crenças e valores comuns com os atores políticos, o jornalista pode privilegiar

Toda a teia que se estabelece entre jornalismo e poder agrega não só interesses como preocupações mercadológicas, já que a notícia é um produto

certas aptidões e/ou pronunciamentos de alguns deles em detrimento dos demais. Isso é um efeito prático da ideologia, que se faz imperceptível aos esquemas mentais e cognoscitivos do jornalista, quando busca exatamente “cumprir com o seu papel”.

É importante lembrar ainda que “mídia” e “política” são, a rigor, abstrações. A relação entre elas toma a forma concreta de relações interpessoais entre agentes dos dois campos. Desejo orientar o foco [...] para os contatos entre jornalistas, de um lado, e líderes políticos, de outro. De maneira esquemática, é possível distribuí-lo em três categorias. Em primeiro lugar, os jornalistas “testemunham” eventos políticos que, ainda que possam ser pensados para divulgação na mídia, em princípio ocorreriam mesmo na ausência dela: debates e votações parlamentares, assinaturas de decretos e nomeações, atas de posse, reuniões partidárias. Depois, existem interações relativamente formalizadas entre repórteres e políticos, na forma de entrevistas (coletivas e individuais). Por fim, há a relação cotidiana entre os profissionais de imprensa e aqueles que, no jargão do meio, são chamados de suas “fontes”. Qualquer indivíduo que proporcione dados para a elaboração de uma reportagem é uma fonte. Quem interessa aqui, porém, é aquela fonte mais ou menos permanente, que fornece informações continuadas e, em algum grau, exclusivas ao mesmo repórter, muitas vezes com a garantia do anonimato na publicação da notícia (MIGUEL, 2002:13).

O relacionamento jornalismo e política é historicamente polêmico e paradoxalmente intercomplementar. Esse intercâmbio está

O relacionamento jornalismo e política é historicamente polêmico e paradoxalmente intercomplementar

permanentemente envolto em circunstâncias de pressões e contrapressões de bastidores, bem como nos interesses econômicos das empresas jornalísticas, ao mesmo tempo em que o imperativo de informar bem é socialmente cobrado. O público quer afirmações, rejeita infirmações ou meios termos.

O exame da micro-relação entre o jornalista e sua fonte permite observar o entrelaçamento de práticas distintas, de agentes que pertencem a diferentes campos e, portanto, se orientam na direção de objetivos diversos. Contudo, devido à dinâmica própria de sua integração, precisam incorporar em alguma medida a lógica um do outro. Sob pena de perder a fonte, o jornalista deve ponderar aquilo que publica, calculando seus efeitos sobre o campo político; e fazer concessões aos interesses do outro, divulgando o destaque de certas notícias (mas nunca ao ponto de comprometer a própria credibilidade). Já a fonte, para manter seu acesso privilegiado à imprensa, deve reconhecer o material que é útil ao jornalista e, sobretudo, manter a própria confiabilidade diante dele, não transmitindo informações equivocadas em busca de benefícios de curto prazo (MIGUEL, 2002:14).

Frente a tal realidade, que resulta de um relacionamento humano e, portanto, passível de falhas, o profissional toma precauções, resguarda-se quando busca elaborar com exatidão a matéria que fará sentido no mundo. Havendo isso, confia, haverá ética. E mais: havendo racionalidade, equilíbrio, entende-se nos meios jornalísticos que haverá fidelidade narrativa, para a qual, entretanto, um ingrediente é também essencial: é preciso

que aquilo que o político declarou coincide com a realidade.

Os políticos buscam afinar-se pelo diapasão deste comportamento vigente nas redações, a fim de ganhar espaço no pódio da notícia. O jornalista, ao buscar informações, precata-se quanto à credibilidade destas, trabalhando em meio às determinações da linha editorial do jornal e de suas próprias convicções. É uma relação de equilibristas. Em meio ao que foi declarado, pode haver algo que não deveria ser escrito por ser incompatível com a realidade.

A ética tem a ver com o dever: o dever para consigo e/ou para com os demais. É individual ou pessoal ainda quando se relacione com obrigações e direitos para com os outros. A qualidade da vida humana tem a ver com ambas as coisas, solidão e sociabilidade. [...] Esta dualidade da moral individual e social está implicada no próprio conceito da ética. O jornalista, por exemplo, não está simplesmente escrevendo para o consumo de outros; está escrevendo como uma expressão de si mesmo e se põe a si e seu próprio eu em seu jornalismo. Ele comunica a si mesmo de uma maneira muito real. Agrada-se ou desagrada-se a si mesmo, não só à audiência. O que realiza para atingir certo patamar dentro de si não só afeta as atividades e crenças de outros, mas também, de forma muito viva, a essência de sua própria vida (MERRIL², citado por GOMES, 1997:70).

O trabalho de simbolizar o mundo se inscreve, entretanto, numa circularidade: a permanente busca pela notícia, que faz o jornalista voltar sempre ao convívio das fontes políticas, e a continuada busca destas pela *mídia*. Na en-

fatizada convergência entre a busca de notícia e a busca de ser notícia, há o interesse entre *mídia* e política para o destaque de assuntos episódicos, aqueles que chamem atenção pelo caráter de coisa social inusitada, um cometa noticioso que de repente aparece.

Ao legitimar-se enquanto estrutura industrial e técnica para a distribuição do produto notícia, o jornalismo formalizou com os leitores o compromisso de manter sempre em suas páginas informações de atualidade. Isso, dentro do exíguo período de 24 horas.

O aprazamento implicou a formulação de toda uma organização funcional cujos desdobramentos resultaram, ao longo do tempo, na exclusão de modelos noticiosos mais aprofundados, em favor do relato episódico. Não há tempo, nem é objetivo do jornalismo, a elaboração de um tratado a cada novo acontecimento, a cada nova edição. Antes, é preciso, apenas, *tratá-lo*, dar-lhe forma redacional típica do jornalismo, para fazer sentido no mundo.

“Não vim para explicar: vim para confundir”³

Quando da cobertura de assuntos políticos, o jornalismo diário, ao optar pela prevalência de matérias incidentais, relativas a acontecimentos editorialmente descontextualizados, consolida atitude que descarta uma visão ampla e aprofundada da realidade. O jornal fica preso aos fatos políticos acontecidos, ao dito, ao declarado, quando poderia buscar, pela ação investigativa, um aprofundamento crítico e desvelador de quadro, uma vez que em política é larga a teia de interacontecimentos. Nada acontece sem causa remota ou próxima a essa ocorrência. E essa, por si só, implicará outro fato, previsto ou inesperado.

² MERRIL, J.C. *El Imperativo de la Libertad. Filosofía de la autonomía periodística. México: EDAMEX, 1982:196-197.*

³ *Ad tempora, a citação alude a discurso recorrente do apresentador de TV Chacrinha, figura polêmica e polissêmica que, nos anos 60 e 70 do século passado, carnalizava a realidade brasileira em auditórios lotados. Era um crítico inconsciente do absurdo da cena brasileira, de cujo repasto midiático/comercial, entretanto, também se nutria.*

No jornalismo episódico a política é mostrada sem o seu mais essencial elemento de constituição: o debate, o confronto de idéias, para ser apenas relatada de forma circunstancial, mesmo que exibida pela ação gráfico-declaratória de uma manchete. Sem um enunciado interpretativo, sem contextualização, podem prevalecer interesses ocultos, o jogo de luz-e-sombra da luta política, cuja formulação o jornalismo acompanha ao elaborar relatos meramente indiciais, que se referem ao jogo do poder, mas sem força elucidativa. Quanto à citação de Abelardo Barbosa, o *Chacrinha*, esta nos leva a uma reflexão a respeito do relacionamento entre imprensa e poder. Ao dizer “não vim para explicar; vim para confundir”, o discurso chacriniano assume, por inversão, uma atitude cínico-explicativa ao inserir sua presença histriônica ao universo comunicacional.

Ao dizer que não viera para explicar, deixa implícito que há dúvidas pré-existentes, incertezas formalizadas, jogos de espelho, duplicidade e vaguidão direcionada, ou seja, um processo prévio e organizado para a desorganização. Há uma irrealidade construída, visível, porém disfarçada e não reconhecível pelo público. Infere então que, como ele, sempre em destaque na *mídia*, há orquestradores e organizadores de tal confusão. Mas ele estava exposto e, mesmo falando em confundir, flagrava a confusão. Quanto aos detentores de força política, não: ocultavam-se, como ainda se ocultam, nos vieses de discursos de convencimento, garantindo que podem descobrir o *caminho certo na política* e, como tal, na vida em sociedade.

A irrealidade construída, resultante de uma realização roteirizada, com sua produção massiva de significados, é parte da ação

No jornalismo episódico a política é mostrada sem o seu mais essencial elemento de constituição: o debate, o confronto de idéias, para ser apenas relatada de forma circunstancial, mesmo que exibida pela ação gráfico-declaratória de uma manchete

político-comunicacional, apresentando o espetáculo da informação como deleite de consumo, que é exatamente a intenção dos atores políticos, quando protagonizam atos que serão jornalisticamente aproveitados. A chacrinização dos acontecimentos políticos, sua condição de produto, portanto, inscreve-se tranqüilamente nessa relação de causa e efeito programados para repercutir no grande auditório social. É exatamente nesse cenário translúcido onde a lucidez perde espaço. Não se vêem os figurantes por completo, suas reais intenções, somente as suas silhuetas, que saem da linha de montagem da indústria cultural da qual são atores e autores.

En todos sus campos se confeccionam, más o menos de acuerdo a um plan, los productos que se estudian para el consumo de las masas y que determinan em gran medida ese consumo. Los diversos campos se parecen por su estructura o al menos se interrelacionan. Se completan casi sin carencias, para constituir um sistema. Eso, debido tanto a los medios actuales de la técnica como a la concentración económica y administrativa. La industria cultural es la integración deliberada de sus consumidores, em su más alto nivel. [...]. La industria cultural tiene em cuenta sin duda el estado de conciencia e inconciencia de los millones de personas a quienes se dirige, pero las masas no son el factor primordial, sino um elemento secundario, um elemento de cálculo; um accesorio de la maquinaria. Ele consumidor no es rey, como queria na industria cultural; no es sujeto, sino el objeto. [...]. Sin embargo, no se trata em primer lugar de las masas, ni de las técnicas de comunicación como tales, sino del espíritu que les es insuflado a través de la voz de su conductor (ADORNO e MORIN, 1967:9-10).

A indústria cultural, ao assimilar metaforicamente o modo de produção industrial, com seus passos de produção, organização e resultado final, o produto simbólico, assegura a este uma “qualidade ideológica”, da mesma forma que uma fábrica põe no mercado produtos “de qualidade” para uso. A qualidade ideológica de um produto simbólico, o produto política, encontra-se no fato de que garante aos seus atores/autores que um determinado estado de coisas permanecerá segundo aquilo que objetivam. A aqui enunciada qualidade ideológica somente atende aos interesses de quem a produz. Quanto ao consumidor da indústria cultural, este não frui nem usufrui daquilo que lhe é enviado, no caso a política. Antes, a esta torna-se vinculado pela ideologia. A qualidade ideológica resulta exatamente nessa vinculação, nessa *fidelição* do consumidor ao produto política. A sistematização “industrializada” de material simbólico e ideologizado **alude** à política como uma pretendida forma de participação popular; **elide** esta mesma participação ao contribuir para assegurar uma situação de assimetria entre elites e povo; e **ilude**, no final do processo, àqueles que confiam estar efetivamente deste participando, uma vez mantidas as situações de assimetria política e social.

Assim, quando o jornal se alinha aos acordes dissonantes da confusão, também chega para confundir, não para explicar. Uma questão, todavia, se impõe: a resistência dos profissionais às críticas, como se as críticas pregassem o fim da imprensa.

Tanto os proprietários como os trabalhadores profissionais precisam tomar em atenção as sábias palavras do jornalista norte-americano Walter Lippmann, que exactamente há 78 anos observou que

**Quando o jornal se
alinha aos acordes
dissonantes da
confusão, também
chega para confundir,
não para explicar**

quando a ira ou a desaprovação públicas se tornam suficientemente veementes, os media noticiosos fariam bem em se regularm efectivamente, ou um dia os políticos “famintos do seu legítimo alimento espiritual, iniciem uma caça selvagem e febril ao homem e não se detenham no canibalismo.” Era verdade nos anos 20 e é verdade hoje que a caça ao homem já começou, tal como foi evidenciado não apenas pelo crescente ultraje público contra a escandalosa invasão da privacidade por membros vorazes dos media noticiosos - tão eloquentemente exemplificado pela morte da princesa Diana e a condenação unânime dos *paparazzi* - mas também pela litania de críticas por muitos diversificados segmentos da sociedade, incluindo membros da comunidade acadêmica (TRAQUINA, 2001:189).

A persistência de hábitos de convivência com o político, e facilidades ou facilitações de acesso de grupos de interesse a jornalistas ou editores, com fim de beneficiar àqueles, pode criar um clima de permissividade, cuja cognição pelo social pode ser alvo de críticas e repúdios, uma vez que, mesmo ante a presença da ideologia que se emaranha aos processos de representação, existem filtros sociais que permitem, no caso ao leitor, a percepção de desvios.

Os grupos políticos trabalham, todos, na busca de visibilidade e, a depender da maior ou menor abertura que lhes apresente o jornal, tendem à busca enfática de maiores espaços nas páginas diárias, tentando colocar-se em situação privilegiada.

Assim, os acontecimentos podem ser perfeitamente programados, ciosamente pelos atores políticos, de forma a se inserir num

certo perfil, o perfil noticioso, causando *rumor social* e atraindo a atenção do noticiário.

O rumor social confere a um acontecimento que parecia bem marcado um rastro no tempo que Claude Labrosse designa como seu “horizonte”, um horizonte desprovido de sintaxe que não pode jamais ser envolvido. O acontecimento torna-se então um conjunto de limites pouco precisos. A partir do momento em que o rumor social é incluído no acontecimento, a mídia torna-se partidária do mesmo. É, ao mesmo tempo, externa e interna a um acontecimento ao qual atribui limites por seu próprio discurso. Não se lida mais com uma moldura posta sobre a realidade, mas com um enquadramento cuja expansão constitui a própria realidade (o que chamamos cena do acontecimento). O acontecimento e a mídia confundem-se em um ponto em que a fala da mídia torna-se performativa, e não mais, apenas, descritiva. [...] o acontecimento e seu comentário formam um único ente. Em última análise, a definição de acontecimento torna-se uma definição vazia: É acontecimento aquilo que é definido como acontecimento. O acontecimento não é mais descritivo e, sim, reflexivo (MOUILLAUD, 2002:66).

É exatamente esse rumor social que os grupos de interesse tentam provocar, no instante em que buscam inscrever no jornal os seus próprios conteúdos. Nesse ponto dá-se o entrecruzamento de interesses entre o jornal e os políticos. As redações também têm consciência do rumor social que podem amplificar com suas notícias e efetivamente dão o seu contributo a esse estado de coisas.

Todos intentam se inserir nos procedimentos de seleção daquilo que será notícia, uma vez que elevam suas vozes, buscando visibilidade no jornalismo

Ou seja, num ambiente de acerbó conflito de interesses, é inimaginável que os meios de comunicação sejam os porta-vozes imparciais do debate político, como a imprensa europeia teria sido em seus primórdios [...]. Isto não significa que se deva descair para o conformismo, já que a mídia “sempre” defenderá certos segmentos sociais, mas sim que é necessário perceber que a mudança passa pela pressão da sociedade, isto é, dos grupos prejudicados pela forma dominante de gestão da comunicação. [...] O elitismo que subjaz à ausência da mídia na análise da realidade política também pode ser apreciado por outro ângulo. Nas sociedades formalmente democráticas em que vivemos, é corrente a divisão da política em “bastidores”, as salas secretas em que se fazem os acordos e se tomam as grandes decisões, e “palco”, o jogo de cena representado para os não-iniciados, isto é, para o povo em geral. O que ocorre no palco serviria apenas para distrair a platéia e manter a estabilidade do sistema, perpetuando o mito da democracia como “governo do povo”. Por motivos óbvios, a mídia pertence a este segundo espaço, mas os fatos políticos relevantes ocorreriam no primeiro, nos “bastidores” (MIGUEL, 2002:5).

A compreensão ou intuição do rumor social das notícias abrange tanto as elites quanto os segmentos populares, que também buscam se expor na *mídia*, quando fazem protestos, passeatas ou atos públicos, buscando impor/expor seus interesses. Todos intentam se inserir nos procedimentos de seleção daquilo que será notícia, uma vez que elevam suas vozes, buscando visibilidade no jornalismo.

Políticos: visíveis nas páginas, longe das multidões

A afirmação do jornal como espaço legitimado para a divulgação de fatos tidos como relevantes colocou-o como um referente de mundo, assumindo alguma centralidade frente aos processos sociais junto aos quais busca influir. O jornal não determina ou limita conseqüências, mas integra o processo político do princípio ao fim e a este se mantém ligado em seus desdobramentos.

A constituição e “autonomização” do campo das mídias (ou da comunicação midiática), em verdade, configuram o ponto de inflexão a partir do qual as conexões entre comunicação e política abandonam suas modalidades “tradicionais”, inclusive aquelas adstritas a uma dimensão instrumental, e redefinem-se em termos de interlocução de campos sociais particularmente conformados. Comunicação e política interagem agora em outro patamar, o que não exclui a realização pontual de modos “tradicionais” de interlocução, agora totalmente redefinidos em outro contexto de produção de sentidos. Política e comunicação não aparecem mais como momentos e empreendimentos singulares, mas como campos sociais articulados em combinatórias determinantes conjunturalmente (RUBIM, 1998:83).

Todo homem, quando envereda pelo universo da política, tem por objetivo o poder, seja pela convicção de prestar um serviço socialmente relevante, seja pelo fato de, com isso, agregar mais poder ao que anteriormente já detinha em razão de condição econômica ou outra forma de capacidade decisória pessoal e

O jornal não determina ou limita conseqüências, mas integra o processo político do princípio ao fim e a este se mantém ligado em seus desdobramentos

egoísta. Assim, busca visibilidade para obter destaque (WEBER, 1968). O desenrolar dos fatos políticos veiculados pelo jornal fortaleceu a convicção de que a atividade política exige desenvoltura para que os seus agentes consigam transitar junto às páginas impressas. Assim, o corolário de suas ações passou a incluir a administração da visibilidade como algo prioritário, se não suficiente pelo menos necessário a que este leve adiante empresas de porte como candidaturas a altos cargos ou realização de obras faraônicas, bem como adoção de medidas impopulares que possam ser, de alguma maneira, explicadas via jornal:

O político espera, deseja e busca sempre a aparição midiática movido pela necessidade de manter-se apto a chegar ou a permanecer em situação de poder, quaisquer que sejam os seus motivos e convicções, destacando-se, dentre estes,

A vaidade ou, em outras palavras, a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira mais clara possível, em primeiro plano. [...]. O demagogo é obrigado a contar com o “efeito que faz” – razão por que sempre corre o perigo de desempenhar o papel de um histrião ou de assumir, com demasiada leviandade, a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos, pois está preocupado continuamente com a impressão que pode causar aos outros. De uma parte, a recusa de se colocar a serviço de uma causa o conduz a buscar a aparência e o brilho do poder, em vez do poder real; de outra parte, a ausência do senso de responsabilidade o leva a só gozar do poder pelo poder, sem deixar-se animar por qualquer propósito. Com efeito, uma vez que, ou melhor, porque o poder é o instrumento inevitável da política, sendo o desejo do poder, conseqüentemente, uma de suas forças motrizes (WEBER, 1968:107).

A expressão ao pensamento weberiano nos alude, de alguma forma, à chacinização política promovida e autorizada pela ação dos políticos, que buscam na foto, no texto, na manchete ou na simples notinha de uma coluna assinada, imprimir o seu sinete. Uma visibilidade positivada é algo do qual o ator político não pode prescindir, de tal forma que

Hoje, a cuidadosa apresentação pessoal diante dos outros cuja fidelidade deve ser constantemente sustentada, e cujo apoio é vitalmente requerido de tempo em tempo, mais que uma opção, é um imperativo para os líderes políticos e os aspirantes à vida pública. [...] Renunciar à administração da visibilidade através da mídia seria um ato de suicídio político ou uma expressão de má-fé de quem foi tão acostumado à arte da auto-apresentação, ou foi tão bem colocado numa organização que praticou a arte do bom resultado, que pode dispensá-la (THOMPSON, 1998:24).

A preocupação com a visibilidade tem ocupado o tempo dos políticos e preocupado seu planejamento de *mídia* pelo fato de que o jornal, da mesma forma como pode trazer notícias favoráveis, permite-se exibir noticiário onde estes sejam flagrados em atitudes pessoais ou administrativas inconciliáveis com o que se espera de alguém no desempenho de função pública. Esse processo é complicado, do ponto-de-vista de relações com os jornalistas. Os contatos com os jornalistas são arriscados para o político por dizer respeito a um terceiro interveniente, o leitor, que se encontra na qualidade de julgador social de sua atuação, mediante a leitura do noticiário.

A ação do político ao trabalhar acontecimentos, seja em sua suposta prática

**Para o político,
os contatos com
os jornalistas são
arriscados por dizer
respeito a um terceiro
interveniente, o leitor,
que se encontra na
qualidade de julgador
social de sua atuação,
mediante a leitura do
noticiário**

(simulação), seja em seu disfarce (dis-simulação), pode lograr êxito, mas também pode obter resultado contrário. Como se trata de atitudes programadas, não são fatos, mas atos, o ator político pode ser flagrado em sua encenação, uma vez que o jornalismo tem o poder tanto de plasmar não apenas a realidade, como a irrealidade que se queira impor, pelo seu desmascaramento.

Considerações finais

Uma das características mais marcantes dos processos sociais, desde a segunda metade século XX, é a crescente importância da *mídia*. Os meios de comunicação de massa, o jornal impresso, no caso, funcionam como elo entre a sociedade e os fatos noticiados. Esta visão, indicando que o jornalismo seria uma espécie de hífen midiático entre o fato e o público, um espelho da realidade, em essência é inconsistente em função de uma segunda vertente, ou seja: entre o fato e o relato há um longo caminho a ser percorrido. O fato é re-tratado, inscrito e circunscrito a técnicas de produção e redação, interesses internos e externos à redação, de forma a adequar-se à ética e a normas e padrões técnicos que o tornem passível de ser noticiado.

Este proposto hífen midiático, entretanto, conceitualmente, existe. Enquanto e meta-fórica e instrumentalmente um admitido traço-de-união comunicacional. Existe, considerando-se o jornal como vetor, artefato de divulgação/tratamento de material noticioso, constituindo-se assim, inegavelmente, em elo entre o fato ali representado e o público. E esse re-tratamento é intencional, direcionado, intervencionista, a partir da consciência do jornalista de que seu texto fará sentido no mundo,

tendo o jornal como base veicular. Da mesma forma que o hífen, como circunstância lingüística reúne, e move para um terceiro sentido, duas palavras que, em sua nuclearidade, encontravam-se distanciadas e a estas se inclui como elemento ressignificador, o jornal coloca-se como dispositivo entre o fato e o receptor da mensagem, fazendo sua interligação. Desta forma, redinamiza uma visão de mundo socialmente experienciado, tanto por parte dos atores do fato relatado, no caso os políticos, quanto pelo lado do público.

Tais circunstâncias exigem uma atitude analítica a respeito da produção da notícia, especialmente no âmbito da política. Os grupos políticos vêm na notícia literalmente um bem, valorizam-na como parte do seu patrimônio ideológico-eleitoral e entendem como coisa disponível e instrumentalizável aquele fato lingüisticamente simbolizado e afinal impresso. E disputam esse bem com todos os artifícios disponíveis, buscando notoriedade positivada, visibilidade e sucesso.

O jornal, ao que se observou, não apenas tem condições invasivas, possibilidade de partir em busca do fato e transportá-lo para a situação de realidade noticiada, mas é palco de ações vindas de fora, por parte dos que buscam marcar sua presença junto ao público. O jornalismo político trabalha com sistemas de forças que buscam, de forma injuntiva, expor-se e/ou impor-se à conjuntura do noticiário. O jornalista é obrigado a articular-se com a sociedade e seus processos, a conviver tanto com situações prévias quanto a administrar imprevistos e a interagir com outros atores, às vezes em contrafação.

Fenômeno social, a notícia nos chega

cotidianamente. Como objeto de estudo, é preciso que se estabeleça uma relação dialogal entre os modelos explicativos que se debruçam sobre si. A notícia é interface entre o real e o leitor. E, mesmo não sendo referente exato da realidade, recombina efetiva e discursivamente o mundo, fazendo sentido junto aos leitores, cujos filtros cognitivos, sejam culturais, ideológicos ou oriundos de crenças dos mais variados matizes, a acatam ou refratam.

Sobre o autor

Emanoel Barreto é jornalista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestre em Ciências Sociais pela UFRN. Doutorando em Ciências Sociais pela UFRN. Professor do Curso de Comunicação Social da UFRN. Autor do Livro: “Crônicas para Natal, as crônicas do Jornal do Dia”. Jornalista há 32 anos com experiência em jornal e TV. Dedicou-se eminentemente ao jornalismo político. Exerceu cargos em editorias setoriais e de editor-chefe. Atualmente, mantém o blog “Coisas de Jornal”.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W.; MORIN, Edgar. *La industrial cultural*. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Comunicação Social: filosofia- ética- política*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. *Lua Nova*, 2002, n. 55-56.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. A Política na Idade Mídia. In: ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitória (org.). **Estratégia - A luta política além do horizonte visível**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 1998.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade** - uma teoria social da mídia. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.